

## JUSTIFICATIVA

**Assunto:** prioridade de elemento-item de despesas por ordem cronológica de liquidação - relevantes razões de interesse público para pagamento de obrigações relativas ao fornecimento de bens e prestação de serviços – Art. 5º da Lei 8.666/93 e art. 12º do Decreto 37.924/96 – natureza essencial dos serviços públicos de saúde no âmbito da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG/MG.

Considerando que a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG foi instituída em 1977, pela fusão de três Fundações: FEAL (atendimento aos portadores de hanseníase), FEAMUR (urgência e emergência) e FEAP (atendimento psiquiátrico), todas vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, tendo seu patrimônio constituído em sucessão pelos bens e direitos destas fundações extintas, o mesmo ocorrendo com as obrigações assistenciais, conforme autorizado pela Lei Estadual 7.088/1977;

Considerando que a FHEMIG está vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES) e é prestadora de serviços de complexidade secundária e terciária, exclusivamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo como Decreto nº 45.691/2011 que contém em seu Estatuto a definição de suas finalidades e competências.

Considerando que integra a Fundação vinte e uma unidades assistenciais, sendo sete localizadas no interior do Estado de Minas Gerais e treze na Região Metropolitana de Belo Horizonte, além do órgão responsável pela coordenação da política de transplantes, os quais atuam em seis complexos assistenciais, tais como:

### **A. Urgência e Emergência:**

- a. - Hospital Cristiano Machado - HCM;
- b. - Hospital Infantil João Paulo II - HIJPII;
- c. - Hospital João XXIII - HJXXIII;
- d. - Hospital Maria Amélia Lins - HMAL;
- e. - Unidade Ortopédica do Galba Velloso - HOGV.

**B. Especialidades:**

- a. Hospital Alberto Cavalcanti - HAC;
- b. Hospital Eduardo de Menezes - HEM;
- c. Maternidade Odete Valadares - MOV.

**C. Saúde Mental:**

- a. Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena CHPB;
- b. Centro Mineiro de Toxicomania - CMT;
- c. Centro Psíquico da Adolescência e Infância - CEPAI;
- d. Hospital Galba Velloso - HGV;
- e. Instituto Raul Soares- IRS.

**D. Hospitais Gerais:**

- a. Hospital Júlia Kubitschek - HJK;
- b. Hospital Regional Antônio Dias - HRAD;
- c. Hospital Geral de Barbacena Dr. José Américo - HRB;
- d. Hospital Regional João Penido - HRJP.

**E. MG Transplantes:**

O Complexo de MG Transplantes é composto por centros de notificação, captação e distribuição de órgãos na região Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata, Sul, Oeste, Nordeste e Leste do Estado. É responsável por coordenar a política de transplantes de órgãos e tecidos no Estado de Minas Gerais, regulando o processo de notificação, doação, distribuição e logística, avaliando resultados e capacitando hospitais e profissionais afins na atividade de transplantes.

**F. Reabilitação e Cuidado ao Idoso:**

- a. Casa de Saúde Padre Damião - CSPD;
- b. Casa de Saúde Santa Fé - CSFÉ;
- c. Casa de Saúde Santa Izabel - CSSI;

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas públicas e que visa, sobretudo, perquirir a preservação da vida do usuário do *Sistema Único de Saúde*, necessitando

atendimento pleno ao paciente;

Considerando que o Estado vem sofrendo redução drástica na sua arrecadação em função da conjuntura econômica atual, refletindo em seus órgãos dependentes de transferências de recursos financeiros e, no caso especificamente à FHEMIG;

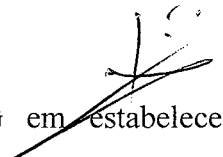
Considerando que o Decreto 47.101, de 05/12/2016, veio reconhecer a situação de calamidade financeira do Estado, uma vez que este é responsável pela execução de inúmeras políticas públicas, inclusive prestação de serviços públicos essenciais à garantia da dignidade da pessoa humana e que as circunstâncias financeiras críticas e excepcionais colocam em risco sua capacidade de prover a manutenção dos serviços públicos essenciais à sociedade;

Considerando a debilidade da saúde financeira e a existência de serviços essenciais, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade finalística da FHEMIG, que não podem sofrer solução de continuidade, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida da população que depende dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93, que determina que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedeça, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, **salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justifica da autoridade competente, devidamente publicada (negrito nosso)**;

Considerando que o Tribunal de Contas da União já se manifestou, quando do julgamento do Processo 008.429/1996: “...estabeleça critérios objetivos de liberação dos pagamento, considerando-se suas necessidades operacionais e sociais, a fim de que, na escassez de recursos, não fique ao total alvedrio do dirigente a decisão de pagar, com o dinheiro disponível, o fornecedor “a” e “b”, atendendo-se aos princípios da impessoalidade e da moralidade, previstos no “caput” do art.37, da Constituição”;

Considerando o interesse público primordial e a necessidade da FHEMIG em estabelecer



**prioridades de pagamentos, com base no elemento-item de despesas por ordem cronológica de liquidação**, dado o caráter excepcional recepcionado pelo art.5º da Lei 8666/93 e art.12 do Decreto 37.924/96, veem no intuito de se evitar a quebra da prestação de serviços e/ou fornecimentos com o não comprometimento da dinâmica de funcionamento pleno das unidades assistenciais;

Vimos justificar com todo o exposto as prioridades de pagamento dos serviços de saúde aos fornecedores e/ou prestadores de serviços da FHEMIG, com base no parâmetro do elemento-item de despesas por ordem cronológica de liquidação, cuja criticidade torna-se preponderante à continuidade dos serviços assistenciais.

Cabe ressaltar que parte dos recursos financeiros disponíveis será destinada a ordem cronológica conforme estabelece a legislação vigente e o restante à priorização de despesas de pagamento por elemento-item.

Neste sentido, discriminamos abaixo a relação de elementos-itens priorizados para os pagamentos a serem realizados a partir do dia 23 de junho de 2017 (anexa relação de fornecedores):

a) Prestação de Serviços

- a.1) Serviço de Tecnologia da Informação;
- a.2) Rede IP Multisserviços.

Salientamos que a suspensão acarretará na paralisação dos serviços de processamento de dados, manutenção e desenvolvimento de sistemas de informação; serviços de dados, voz e vídeo, nas unidades assistenciais, que resultará em grande impacto na assistência, causando danos irreparáveis ao cidadão usuário do SUS.

Convalidam-se os atos praticados a partir do dia 23 de junho de 2017, a fim de produzir eficácia dos atos de pagamentos conforme relação de fornecedores anexa.

  
**José Bellarmino Moreira Neto**  
Diretor de Planejamento,  
Gestão e Finanças/FHEMIG  
Mace: 1094453-3

**FHEMIG**

**Demonstrativo de Contas a Pagar de R. Pagar e Exercício - 23/06/2017**

ANO	ANO ORIGEM	U.E	CREDOR	GMIFP	Nº EMP.	VR LIQUIDADO	ELEM	ITEM	Data Registro Doc Liquidação
2017	2016	2270004	VISUAL SISTEMAS ELETRONICOS L	3900101	944	3.276,36	39	27	23/02/2017
2017	2016	2270001	LIGA SISTEMAS DE INFORMATICA L	3900101	579	20.097,38	39	27	03/03/2017
2017	2016	2270001	TELEMAR NORTE LESTE S/A	3900101	817	1.755,88	39	70	03/03/2017
2017	2016	2270001	TELEMAR NORTE LESTE S/A	3900101	826	43.992,79	39	70	03/03/2017
2017	2016	2270001	TELEMAR NORTE LESTE S/A	3900101	827	11.196,09	39	70	03/03/2017
2017	2016	2270001	TELEMAR NORTE LESTE S/A	3900101	829	3.616,94	39	70	03/03/2017
2017	2017	2270019	SUPERCARD IDENTIFICACAO E SEC	3900101	179	535,43	39	27	03/03/2017
<b>TOTAL</b>						<b>84.470,87</b>			

